

# Arte, cidade e democracia

Roberta Lobo

## Revolução passiva e redemocratização brasileira

A abertura política iniciada no final dos anos 1970<sup>1</sup> criou inúmeras esperanças quanto ao processo de democratização da sociedade brasileira, pois, no período anterior ao golpe civil militar de 1964, a sociedade brasileira estava marcada por uma intensa politização, que atingia o cinema, o teatro, a música, o jornalismo, as universidades, os movimentos populares de cultura, além dos sindicatos, de alguns setores militares e dos movimentos sociais do campo e da cidade. Como nos diz Schwarz: “O vento pré-revolucionário descompartmentava a consciência nacional e enchia os jornais de reforma agrária, agitação camponesa, movimento operário, nacionalização das empresas americanas etc. O país estava irreconhecivelmente inteligente.” (2005, p. 21). O sonho e a realidade de modernização e democratização que alimentavam o debate público não se limitavam à esfera de uma cidadania individualizada, pois o que se fazia presente era a experiência organizada da sociedade brasileira. O golpe fez avançar a modernização econômica, elemento indispensável para a atualização da reprodução do capital monopolista na época, porém alimentou uma regressão social e política em larga escala, mesmo permitindo até 1968 “relativa hegemonia cultural da esquerda no país”, visto que “nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom” (ibid., p. 8).

Os motivos de tal derrota histórica ainda precisam ser esclarecidos para as gerações que se seguiram. Existe ainda hoje algo de nebuloso no que diz respeito à visão de mundo e à práxis política da esquerda da época, com consequências difusas, porém presentes no processo de redemocratização dos anos 1980, bem como no momento atual de total enquadramento e

---

<sup>1</sup> Estamos nos referindo à revogação do AI-5, em 1978, à volta dos exilados políticos, à Lei da Anistia, em 1979, e ao fim do bipartidarismo.

refluxo dos movimentos sindicais e sociais. Seguindo as pistas de Schwarz (2005), faz-se necessário revermos a contrapelo a combinação particular existente entre populismo, nacional-desenvolvimentismo e leninismo clássico, assim como a relação entre Estado, sindicalismo e movimentos sociais.

Retomando o fio da meada, a compreensão da experiência democrática brasileira não pode prescindir de uma análise das contradições que se fazem presentes em cada período histórico. Interessa-nos compreender a experiência democrática brasileira em tempos de “nova ordem mundial”, de **“transformismo” do Partido dos Trabalhadores (PT), para rememorar uma antiga expressão do pensamento de Gramsci, e de “militarização da vida social”.**

As esperanças democráticas postas no processo de abertura tiveram imenso valor histórico, porém não redundaram em força social capaz de radicalizar a experiência democrática com base no princípio caro à democracia representativa: as eleições diretas. Entre os anos 1979 e 1984, a reorganização popular estava em voga, com a atuação de cerca de 80 mil comunidades eclesiais de base (CEBs), o crescimento dos sindicatos rurais, a proliferação das associações de amigos de bairro, a criação de comissões de fábrica, a deflagração de greves dos trabalhadores das indústrias de ponta e dos professores das redes públicas, e as primeiras ocupações dos sem-terra. Seguindo a corrente da mobilização, apresentavam-se no cenário político as associações de classe média, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O auge desse movimento foi a campanha das Diretas Já, que mobilizou comícios gigantescos com mais de 500 mil pessoas no Rio de Janeiro e mais de 1 milhão de pessoas em São Paulo (Carvalho, 2001, p. 183-188). Diante de tal movimento social de massas por que a permissão do recuo? Por que a contracorrente da permanência da *revolução passiva*?

Não é novidade que a redemocratização brasileira é identificada com uma transição fraca, com resoluções realizadas *pelo alto*, ou seja, por alguns segmentos da sociedade que disputam a hegemonia. Para falar em termos gramscianos, a ocidentalização da sociedade brasileira no período, materializada nos sindicatos, nas CEBs, na Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e no conjunto de associações de bairro e de favelas, não eliminou a permanência da orientalização, ou seja, a força do Estado na condução do processo político. Para Coutinho (2005, p. 92-93), mesmo tendo sido derrotado, o movimento das Diretas Já impediu

a reprodução do regime, com o governo semicivil de Paulo Maluf. No entanto, a escolha da oposição em participar do colégio eleitoral configurou uma solução pelo alto, um modo *prussiano* e *passivo* de conduzir as transformações políticas e sociais no Brasil.<sup>2</sup> A consequência direta dessa opção foi a derrota do projeto popular nas eleições diretas de 1989. Mantêm-se a modernização pelo alto mediante a chamada globalização, com a contínua regressão da sociedade no que tange ao seu processo de politização e de organização social.

Um agravante dessa situação histórica é o processo posterior de ajustes neoliberais, crescimento da dívida externa e dependência econômica, o dar-se conta de estar na periferia da reestruturação produtiva do capital, a qual impõe novas formas de acumulação que atingem diretamente o processo de socialização do trabalho e da política (gramscianamente falando), com o desemprego massivo, além do abocanhar do fundo público, que implica uma regressão dos direitos sociais. Ou seja, além da revolução *passiva* como *tônica da redemocratização brasileira*, seguimos para um período **histórico de transformações estruturantes da esfera econômica**, transformações para a permanência do mesmo – qual seja, a lógica de reprodução do valor como lógica da reprodução social, agora sob o imperativo da financeirização, da espetacularização do real e de uma coerção crescente –, um período marcado pela fabricação midiática de um consenso que elimina o dissenso próprio da luta política. A esfera pública é negada e o mercado torna-se o grande regulador dos conflitos, interesses e demandas sociais, relegando para a *sociedade civil* apenas a sobrevivência do interesse particular, corporativo. Segundo Coutinho (2005), a expansão do terceiro setor, a presença de um sindicalismo de resultados, a constituição do partido-ônibus (agregados de interesses personalistas e corporativistas), aliadas à baixa participação política, consolidam e renovam “elementos prussianos e elitistas da transição fraca” como o “presidencialismo imperial” e a “cooptação clientelista” (ibid., p. 99).

Gostaríamos de ressaltar que o conteúdo da democracia no Brasil contemporâneo não pode ser pensado sem estabelecer uma relação da política

<sup>2</sup> Caberia aqui um aprofundamento acerca da relação entre Nova República e revolução *passiva/prussiana*, e um estudo sobre a assimetria entre Estado e sociedade civil, com a reatualização do populismo, a cooptação, o clientelismo, a corrupção e a democratização do cinismo (como disse Paulo Freire, em sua última entrevista em 1997) que ganhou consistência histórica nas décadas seguintes e que, nesta primeira década do século XXI, atinge patamares cada vez mais alarmantes.

com a esfera econômica. Se antes, no pré-1964, a democratização estava relacionada à modernização num viés nacional-desenvolvimentista, a partir dos anos 1990, o tripé nacional-desenvolvimentista é rompido pela avalanche da dívida externa e pelo desmonte do sistema monetário-financeiro do que um dia se nomeou “capitalismo nacional”. Aliados a isso estão a combinação de trabalho barato com financeirização do capital, movimentos em tempo real do capital, deslocamentos de fábricas para periferias remotas, uma enorme massa de capital financeiro em circulação e, portanto, suscetível à forte especulação, um capital de imagens que permite a forma para que o capital atue como virtual e, ao mesmo tempo, seja “capaz de extrair mais-valia no momento do uso da força de trabalho, sem o constrangimento da era industrial” (Oliveira, 2007, p. 26). Nesse conjunto está, segundo Oliveira (2007), a contrarrevolução do nosso tempo, uma contrarrevolução que eleva a graus sofisticados, e ao mesmo tempo primitivos, a forma trabalho abstrato. Diante desse estágio avançado da forma-mercadoria, mergulhamos numa das mais profundas regressões políticas. Essa regressão, com base na autonomização do mercado, atinge tanto o centro do sistema quanto a periferia, implantando intolerâncias, negligenciando direitos humanos, implodindo a esfera pública, bem como as relações mercantis de contratos, relegando os indivíduos à solidão e à força da lei bruta (Oliveira, 2007, p. 29). Parafraseando Oliveira (2002) e Schwarz (1994), diante do *desmanche* da sociabilidade do período 1964-1990, resistirão a República e a democracia?

De acordo com Oliveira (2007), há uma irracionalidade do processo de valorização, visto que a realização do valor interno, isto é do Produto Interno Bruto (PIB), só ocorre com o capital externo global por intermédio das dívidas públicas: “as novas dívidas financiam a renovação da antiga, e ocorre uma esterilização da capacidade produtiva do país. A realização é apenas virtual, o caso clássico do capital fictício previsto por Marx” (ibid., p. 33). Como dado trágico ou farsa, convém revelar: a dívida pública no Brasil cresceu dez vezes entre 1994 e 2002 e hoje corresponde a mais de 50% do PIB. Bom, se não há realização do valor somente como antivalor (Oliveira, 1998), se não há mais como referência o trabalho formal, fixo e assalariado, e sim um sem-número de trabalhos sem forma que, junto com o desemprego, atingem 60% da força de trabalho da população ativa brasileira, o que pode garantir a sociabilidade pós-desmanche? A autonomização do mercado implode o conceito de hegemonia de Gramsci: é a lei do vale-tudo sem culpa, o apagar da memória de um mínimo de virtude do mercado a fim de garantir uma sociabilidade

da concorrência. Instaura-se a exceção permanente, o único horizonte posto na direção da manutenção de tal sociabilidade pós-desmanche que vai combinando, de maneira cada vez mais atroz, colapso da sociedade burguesa<sup>3</sup> e coerção estatal (2007, p. 35).

Se a reprodução do capital no período atual está garantida pelo aparato estatal coercitivo<sup>4</sup> e eliminada a aura da sociedade civil, o que pensar da política, da relação entre as classes sociais, de seus interesses e suas formas de representação? Segundo Oliveira (2007), uma profunda indeterminação tomou o campo da política. Não há no horizonte a formação de consensos ou dissensos, ou seja, de um campo de invenções no qual se possa estabelecer um palco das disputas de projetos políticos. *Marketing*, economicismo e alianças privilegiam um discurso difuso e ambíguo que não apresenta uma alternativa a essa dinâmica do mundo capitalista atual e, quando resvala no horizonte algum discurso alternativo, ele apenas busca requestrar um nacional-desenvolvimentismo que objetivamente não possui mais condições históricas de se realizar.<sup>5</sup>

Para fechar o argumento, gostaríamos de trazer mais alguns elementos para a compreensão do fenômeno histórico contemporâneo que se deseja apresentar sob o conceito de *estado de exceção permanente*. A compreensão do mesmo é fundamental para tatearmos o conteúdo da democracia na experiência social brasileira, em especial na realidade do estado do Rio de Janeiro.

A “nova ordem mundial” se instaura no processo de mudança de paradigmas na esfera da economia e da política, processo que atinge não apenas as macroestruturas, mas também as microestruturas, ou seja, são alterações que se realizam tanto no campo do Estado e do mercado quanto no íntimo dos sujeitos sociais. O marco da *flexibilidade* atinge não apenas o mundo do mercado de trabalho, mas também as estruturas psíquicas do sujeito, implicando uma flexibilidade inclusive do caráter;<sup>6</sup> da mesma forma, o marco do *risco*

<sup>3</sup> Tal colapso deve ser entendido com base na própria lei do valor: com a progressiva automação, elimina-se o trabalho vivo do processo de produção, o que gera o desemprego estrutural; no entanto, tendo como referência a fórmula clássica, somente o trabalho como mercadoria gera valor a mais, excedente. O capital chega ao seu limite lógico e, para se manter, assume ativamente cada vez mais formas destrutivas. Ou seja, a civilização em excesso não traz progresso e sim regressão. Essa discussão pode ser vista em Marx, 1998; Mézáros, 2002; Kurz, 1992; e Menegat, 2006.

<sup>4</sup> Vale a pena conhecer o trabalho organizado por Ceceña (2008), no qual são apresentados mapas que relacionam fontes de água, metais, hidrocarbonetos e biodiversidade com as bases militares dos Estados Unidos.

<sup>5</sup> Esse tema mereceria maior aprofundamento, em especial levando-se em conta os processos recentes de nossa história política, como as eleições de 2002 e 2006, e também a relação que se estabelece entre Estado e movimentos sindicais e sociais. Sugiro, em especial, a leitura de Oliveira e Rizek, 2007.

<sup>6</sup> Ver estudo pioneiro de Sennet, 2002.

atinge um raio que vai das operações nas bolsas de valores às consequências funestas dos processos de desestruturação da vida social e do meio ambiente. Flexibilidade e risco vão nortear as ações desta “nova ordem mundial”, incluindo suas ações de promoção da paz mundial, cada vez mais garantidas pelo direito à guerra, ou seja, pela implantação de um estado de sítio mundial que garante, por sua vez, a segurança da reprodução do capital na sua dialética atual de valorização–destruição (Arantes, 2007, p. 35). Aqui não há nenhuma novidade histórica: estado de direito e estado de exceção caminharam juntos desde o terror implantado com as revoluções proletárias de 1848, como bem demonstrou Marx (1997) em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e Benjamin (2006) em suas *Passagens*. Ou seja, a exceção sempre foi a regra para as classes populares que se tornam perigosas, e o estado de sítio, a forma normatizada para garantir o estado de direito.

A anomalia constitutiva da modernidade política reside no fato de que a definição jurídica do estado de exceção tenha sido elaborada ao mesmo tempo em que se implantava o Estado constitucional liberal. [...] O fato de já não sabermos mais se estamos em guerra ou em paz talvez seja a evidência mais tangível e abrangente desta indistinção entre exceção e regra que é o híbrido extremo em que se cristaliza a atual esca-lada de uma dominação a céu aberto. A Guerra do Golfo foi sem dúvida o primeiro grande laboratório do estado de sítio como governo do mundo [...]. (Arantes, 2007, p. 42-43)

Assim, a normalidade constitucional garante a exceção especialmente para aqueles considerados inimigos – comunistas (no identificar de nosso passado recente) e criminosos e terroristas (no jargão da atualidade) –, seja na forma de ditadura, de guerra civil ou da guerra justa. Para completar o paradoxo, a exceção como normalidade tem por fim a garantia do livre comércio, das formas retardatárias de modernização (realizadas no passado recente) e de acumulação primitiva, reatualizadas hoje com a crise estrutural do capital. Capitalismo e guerra não se colocam como novidade histórica, tampouco sua relação com a tecnologia, hoje transvestida de tecnociência com as “novas armas *high tech*” e a retórica de ofuscamento cristalizada em clichês como ‘ciberguerra’, ‘armas inteligentes’, ‘guerra segura’ etc.” (Arantes, 2007, p. 49).

Porém, o estado de exceção permanente que se configura a partir dos anos 1990 não se alastra aleatoriamente pelo mundo: seu lugar é a periferia. No entanto, aqui é necessária uma diferenciação entre a guerra cosmopolita permanente e difusa e a guerra civil pós-desmanche. A primeira,

em que os donos da “nova ordem mundial” legitimam as coalizões humanitárias e partem para cima de territórios escolhidos a dedo – haja vista as experiências das guerras do Golfo e de Kosovo e da ocupação do Afeganistão –, implica sempre destruição dos Estados-nação e apropriação de suas riquezas materiais, em especial, a pilhagem de matérias-primas.<sup>7</sup> Já a guerra civil pós-desmanche (incluindo determinados territórios das grandes cidades do centro do sistema)<sup>8</sup> dirige-se a conter as populações condenadas pelo ajuste neoliberal, seja por meio da estrutura policial, seja mediante formas privadas de coerção, como as milícias (Arantes, 2007, p. 51).

Guerra, criminalização, violação dos direitos humanos, escassez, medo, indiferença e desprezo: essa a segunda natureza que parece dominar a vida social no século XXI. Quais os caminhos da experiência democrática brasileira: é possível uma desintegração deste sistema mundial da violência instaurado há três décadas? Ou sua domesticação é inevitável?

## Os projetos do capital no Rio de Janeiro e a ideologia da pacificação

Cidade, rumor e vaivém sem paz das ruas,  
 Ó vida suja, hostil, inutilmente gasta,  
 Saber que existe o mar e as praias nuas,  
 Montanhas sem nome e planícies mais vastas  
 Que o mais vasto desejo,  
 E eu estou em ti fechada e apenas vejo  
 Os muros e as paredes, e não vejo  
 Nem o crescer do mar, nem o mudar das luas.  
 Saber que tomas em ti a minha vida  
 E que arrastas pela sombra das paredes  
 A minha alma que fora prometida  
 Às ondas brancas e às florestas verdes.  
*Cidade*, Sophia de Mello Breyner Andresen, 1944

A violação dos direitos humanos é a forma de instauração dos projetos do grande capital na periferia, desde os projetos de modernização retardatária até os projetos da modernidade globalizada. A história sem pretensão de salvar ou condenar a dialética negativa e positiva que se movimenta na/pela

<sup>7</sup> Aqui o petróleo tem um peso descomunal: “para assegurar o suprimento a preços baixos de energias fósseis para as economias centrais, quer dizer, para assegurar a matriz energética da riqueza de algumas nações, é preciso dismantelar as estruturas sociais produtivas das fontes supridoras” (Altvater apud Arantes, 2007, p. 68).

<sup>8</sup> Para um maior entendimento dessa situação, ver a tese da brasilianização do mundo defendida por Arantes, 2004.

práxis humana segue um tempo agonizante, de fraturas intransponíveis, de memórias reprimidas, um presente que não vê o mar do futuro, estilhaçado por muros, fome, desinteresse e medo. A dificuldade da visão/imaginação do mar do futuro não elimina a realidade de desejá-lo e senti-lo, reatualizando a promessa de vivê-lo enquanto humanidade.

No ano 2000, doze países da América Latina criaram com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na condição de comitê de organização técnica, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), cujo objetivo era modernizar a infraestrutura da América Latina, desenvolvendo os setores de transporte, energia e comunicação com base em um padrão equitativo e sustentável. No Brasil, a IIRSA se materializa no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem a função de preparar as condições de entrada dos grupos transnacionais, produzindo energia barata, possibilitando o escoamento da produção, abrindo benefícios, oferecendo incentivos e isenções de tributos, e permitindo violações dos direitos do homem e da natureza.<sup>9</sup>

O estado do Rio de Janeiro abocanha parte importante da verba do PAC por causa de seu lugar estratégico em termos das necessidades do capital<sup>10</sup> no que diz respeito à infraestrutura logística e energética. A previsão era de que até 2010 estariam disponíveis 94 bilhões de reais, dos quais 66,5 bilhões de reais para a infraestrutura energética, 4,7 bilhões de reais para a infraestrutura logística e 12 bilhões de reais para a infraestrutura social e urbana.

A infraestrutura energética preparada para dar conta das necessidades dos projetos do capital nas baías da Guanabara e de Sepetiba silencia a incompatibilidade de sua existência com a permanência das atividades das populações tradicionais. Os investimentos voltados para a baía de Guanabara pertencem à Petrobras, e seu objetivo é ampliar a capacidade produtiva e construir gasodutos para o escoamento do gás natural. A instalação do polo petroquímico implicou a construção de dutos para o gás liquefeito de petróleo (GLP), criando-se o Consórcio GLP Submarino, entre a Petrobras e as empresas GDK e Oceânica, responsável pela construção de dutos aquáticos da praia de Mauá até Magé. A partir de então, ocorre um impacto direto,

---

<sup>9</sup> A breve síntese que segue tem como base o relatório *Os muros nas favelas e o processo de criminalização*, divulgado em maio de 2009 por um conjunto de grupos e movimentos sociais (Rede Rio Criança et al., 2009).

<sup>10</sup> Aqui compreendido como relação social dominante, fincada nas metamorfoses do fetiche da mercadoria como princípio que organiza a vida social e na lei do valor e seu enfrentamento com os limites lógicos e históricos postos pelo tempo presente. Ver Mészáros, 2002.



material e subjetivo, sobre quinhentos pescadores artesanais, com a violação do direito de ir e vir, a intimidação por órgãos do Estado, a poluição e o assoreamento da baía com os dutos e as dragagens, além das irregularidades de licenciamento ambiental.

Os pescadores criaram a Associação Homens do Mar da Baía da Guanabara (Ahomar), lutando pela não instalação do polo que inviabilizará a pesca e causará impactos ambientais terríveis numa região onde vivem 3 mil pescadores. Durante 38 dias (março e abril de 2009), organizaram uma manifestação no mar, dificultando as obras da GDK. Foram reprimidos pelo batalhão local e pelo Grupamento Aeromarítimo (GAM) da Polícia Militar: além de presos, tiveram embarcações e redes apreendidas, e foram alvo de bombas de efeito moral jogadas pelo helicóptero do GAM. No dia 1º de maio de 2009, o presidente da associação sofreu um atentado: os disparos vieram de local próximo ao canteiro de obras do GLP.

Por conta das denúncias e dos protestos dos pescadores, no dia 22 de maio, as secretarias municipais de Meio Ambiente e da Fazenda, a Prefeitura de Magé e o Conselho Municipal de Meio Ambiente da cidade vistoriaram o canteiro de obras do Consórcio GLP e interditaram o mesmo, por causa da constatação de inúmeras irregularidades. Seis horas depois da interdição, o pescador e tesoureiro da Ahomar Paulo César Santos Sousa foi assassinado com cinco tiros, três no rosto e dois na nuca (Zahar, 2009).

Os investimentos voltados para a baía de Sepetiba são de um consórcio entre a Thyssen Krupp Steel (TKS) (90%) e a Companhia Vale do Rio Doce (10%) para a instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA).<sup>11</sup> Em 2006, iniciou-se a implantação de um complexo industrial-siderúrgico-portuário com a intenção de consolidar, na baía de Sepetiba, a maior usina siderúrgica da América Latina, empreendimento que conta com o apoio dos governos estadual e municipal, mediante isenções fiscais, além de financiamento direto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 1,5 milhão de reais. O complexo industrial-siderúrgico-portuário está centrado nas seguintes construções: usina integrada para a

---

<sup>11</sup> A planta industrial em construção situa-se no bairro de Santa Cruz, numa área de 9 km quadrados, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e teria investimento, conforme aprovado em setembro de 2006, de 3 bilhões de euros (ou aproximadamente 8 bilhões de reais). Em maio de 2008, a empresa elevou a previsão de investimentos para uma faixa de 3,5 a 3,7 bilhões de euros. Por conta de atrasos nas obras, aumentos no preço de máquinas e equipamentos e outros custos, o grupo alemão elevou o orçamento do projeto para 4,5 bilhões de euros. Esse é considerado o maior investimento estrangeiro privado feito no Brasil nos últimos dez anos e o maior projeto do setor siderúrgico no país.

produção de 5,5 milhões de toneladas de placas de aço para exportação (no projeto original, aprovado em setembro de 2006, a empresa previa a produção de 5 milhões de toneladas); usina termelétrica com capacidade de geração de 490 MW de energia elétrica a partir dos gases do alto-forno (produção de ferro-gusa) e da aciaria (que transforma o ferro-gusa em aço, ainda em estado líquido), bem como do vapor da coqueria – essa energia fará parte do processo siderúrgico e alimentará toda a usina; porto, com dois terminais, para recebimento do carvão importado (4 milhões de toneladas) e escoamento de toda a produção da usina, composto por uma ponte de acesso de 4 Km mar adentro e um píer de 700 m, destinado ao recebimento do carvão importado (Rede Rio Criança et al., 2009, p. 39). O local da obra sofreu interdições de vários órgãos, mas nunca foi paralisado. Seu impacto atinge 8 mil famílias de pescadores, com o desflorestamento abusivo<sup>12</sup> e a morte de pescados e moluscos por causa da introdução de atividades de dragagem.<sup>13</sup>

Os pescadores e moradores locais que resistem às ações da TKCSA são ameaçados não por um órgão de coerção estatal, mas pelas milícias que atuam na região, em especial as de Santa Cruz, Guaratiba e Campo Grande. As milícias fazem a segurança do grande capital – é essa a dialética da norma e da exceção consolidada na periferia! Existe também a incompreensão da população local por causa da “oferta de empregos” gerada pela TKCSA. A empresa diz que vai gerar 10 mil empregos, mas o que se sabe é da subcontratação de nordestinos e chineses, além da precariedade das condições de trabalho, mortes por acidente de trabalho e moradia dentro do próprio local, já que a preferência é o contrato de imigrantes sem laços sociais na região: “Foram encontrados no canteiro de obras da empresa 120 chineses trabalhando sem documentos, sem contratos de trabalho e enfrentando péssimas condições de trabalho” (Rede Rio Criança et al., 2009, p. 41).

Aliado a todo esse processo econômico de implantação de infraestrutura logística e energética para a exploração da riqueza material das áreas periféricas em função das necessidades das empresas transnacionais, está a ideologia da pacificação, que na cidade do Rio de Janeiro se expressa na

---

<sup>12</sup> O canteiro de obras da TKCSA situa-se numa área costeira e de manguezal, considerada área de preservação permanente (APP) sujeita à proteção, segundo o Código Florestal Brasileiro.

<sup>13</sup> As dragagens realizadas revolveram o fundo do mar na baía; com isso, todos os metais pesados despejados pela falida mineradora Companhia Mercantil e Industrial Ingá, e que estavam sedimentados, retornaram às águas, contaminando peixes, mariscos e camarões da baía. Esses metais pesados, altamente cancerígenos, contaminam também as pessoas que se alimentam dos peixes pescados na baía de Sepetiba.

política do Choque de Ordem, no Caveirão e nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O sentido da administração da cidade está em pacificar o conflito, nos novos cercamentos, em formas de extermínio aberto com *glamour* de segurança pública.

Desde a imposição da modernidade globalizada nos anos 1990, o Rio de Janeiro vem sendo um grande laboratório da política de extermínio como política estatal. Isso inclui não apenas ações de coerção e extrema violência por parte do Estado, mas também a naturalização das chacinas que podem ser rapidamente lembradas no cenário embotado da memória social: Vigário Geral (1993), Candelária (1993), Baixada (2005), Complexo do Alemão (2007), Morro da Providência (2008), dentre outras negligenciadas ou silenciadas pela grande mídia.

O Choque de Ordem é uma política de repressão do governo municipal a fim de dar conta da barbárie social instaurada como premissa da própria reprodução ampliada do capital e que, desde os processos de modernização conservadora (1930-1940 e 1960-1970), alimenta a contínua reprodução da pobreza, do subemprego, da moradia precária e do medo como condição de sobrevivência das classes populares. Instaurado em janeiro de 2009, o Choque de Ordem realiza operações de repressão a vendedores ambulantes, flanelinhas e moradores de rua, e fiscalização de construções irregulares ocupadas por trabalhadores sem-teto. Garantir a ordem e a segurança do espaço público é operar uma limpeza social e étnica que elimina os direitos das classes populares, relegadas ao circuito informal da produção e circulação de mercadorias, em especial o direito de moradia e trabalho.

Na esteira do Choque de Ordem, espalham-se as UPPs, que, além da euforia midiática, têm grande apoio dos recursos privados, mediante parcerias público-privadas. As UPPs buscam, no discurso, a inversão da retórica violenta do combate ao crime organizado, visto que sua intenção é garantir a cidadania nas comunidades, ou seja, a cidadania torna-se uma questão de polícia! Uma dialética negativa posta na regressão da condição dos direitos humanos. De que maneira uma cultura corporativa, autoritária e violenta como é a cultura policial pode garantir o “alargamento” da cidadania nos territórios socialmente excluídos da cidade oficial? Esse problema esbarra não apenas na fraca cultura democrática brasileira, mas também na contradição existente entre pacificação e democratização:

A fraca capacidade reivindicativa da população que mora nas áreas direta ou indiretamente afetadas pelas UPPs, resul-

tante da convicção de que precisam ser pacificadas, impede sua aceitação plena como participantes legítimos das arenas públicas. [...] Está esvaziada a capacidade de mediação política-administrativa entre as populações moradoras dos territórios da pobreza e o mundo público, que representou a força das associações de moradores. Há lamentáveis indicações de que esta função pode estar passando a mãos insuspeitas: as UPPs. (Silva, 2010, p. 3)

A polícia como premissa da cidadania não é a norma, mas a exceção sempre permitida nos países periféricos, aqui nada ex-temporal, apenas uma deformação contemporânea da indeterminação da política que estamos vivendo desde o triunfo da contrarrevolução neoliberal (Oliveira, 2007). Caveirão, Choque de Ordem e UPPs garantem a privatização do espaço público, a contenção das classes perigosas, a violência e o extermínio de jovens, negros e favelados. Mas se há Caveirão na Maré e no Complexo do Alemão, por que não no bairro do Leblon? Acreditamos que a luta não está na igualdade abstrata tão própria da forma-mercadoria que domina a vida social e sim na liberdade, na luta por uma existência sem medo e sem ansiedade, para lembrar Marcuse (1981). Não há saídas com base na dialética norma exceção alimentada pelas classes dominantes. Daí a importância de imaginarmos outras formas de sociabilidade para além da forma-mercadoria e da forma estatal. Essas formas implicariam outros modos de sentir e pensar o mundo com base na satisfação imediata dos desejos, na cultura do tempo livre proporcionado pela automação progressiva, em curso há três décadas, na dialética do belo, que afirma e nega o existente, tendo como centro o humano.

## Referências bibliográficas

ARANTES, Paulo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

CECEÑA, Ana Esther (org.). *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FREIRE, Paulo. Paulo Freire: última entrevista. Entrevistado por Luciana Burlamaqui. TV PUC de São Paulo, São Paulo, 17 abr. 1997. Disponível em: [http://www.paulofreire.ce.ufpb.br/paulofreire/Files/videos/Ultima\\_Entrevista\\_parte\\_1.mpg](http://www.paulofreire.ce.ufpb.br/paulofreire/Files/videos/Ultima_Entrevista_parte_1.mpg); [http://www.paulofreire.ce.ufpb.br/paulofreire/Files/videos/Ultima\\_Entrevista\\_parte\\_2.mpg](http://www.paulofreire.ce.ufpb.br/paulofreire/Files/videos/Ultima_Entrevista_parte_2.mpg). Acesso em: 25 set. 2012.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 11-186.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

MENEGAT, Marildo. *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reecantamento. In: \_\_\_\_\_; RIZEK, Cibele Saliba (org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-45.

\_\_\_\_\_. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Resistirão a República e a democracia?* In: SEMINÁRIO QUESTÕES DO REPUBLICANISMO CONTEMPORÂNEO: DILEMAS DO REPUBLICANISMO DEMOCRÁTICO NO BRASIL. *Anais...* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, maio de 2002.

\_\_\_\_\_; RIZEK, Cibele Saliba (org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

REDE RIO CRIANÇA et al. *Os muros nas favelas e o processo de criminalização*. Rio de Janeiro: Rede Rio Criança, 2009.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. Fim de século. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 dez. 1994. Mais!, p. 9.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Os avanços, limites e perigos das UPPs. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 mar. 2010. Prosa e Verso, p. 3.

ZAHAR, André. Pescador contrário a gasoduto no RJ é morto. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 maio 2009. Cotidiano.